

# CARTILHA DE ORIENTAÇÕES ÀS REDES OFERTANTES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

2ª edição



FERRAMENTAS PARA MAPEAMENTO DE DEMANDA  
POR QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Cartilha de Orientações às Redes Ofertantes de  
Educação Profissional e Tecnológica:  
ferramentas para mapeamento de demanda  
por qualificação profissional

Brasília  
2022

**Governo Federal**  
**Ministério da Educação**

**Ministro de Estado da Educação**  
Milton Ribeiro

**Secretário de Educação Profissional e Tecnológica**  
Tomás Dias Sant'Ana

**Diretor substituto de Articulação e Fortalecimento da**  
**Educação Profissional e Tecnológica**  
Fabio de Medeiros Souza

**Diretoria de Articulação e Fortalecimento da Educação**  
**Profissional e Tecnológica**  
Tassiana Cunha Carvalho  
Cristina Thomas de Ross de Matos  
Fernanda Rodrigues Targino  
Gildete Dutra Emerick

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



**Governo de Minas Gerais**  
**Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social**

**Secretária de Estado de Desenvolvimento Social**  
Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

**Subsecretário de Trabalho e Emprego**  
Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues

**Superintendente de Educação Profissionalizante**  
Dalton Soares de Figueiredo

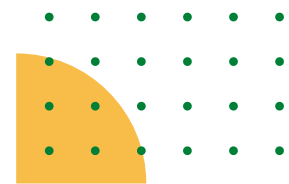
**Diretor de Articulação e Planejamento da**  
**Educação Profissional**  
Gilmar Álvares Cota Junior

**Equipe técnica**

Juliana Estanislau Caçado  
Amanda Martins de Almeida  
Henrique Tângari Silva  
Fernando Resende Anelli  
Gustavo Sérgio de Oliveira  
Leonardo Rezende Amorim  
Maria Clara Ribeiro Tarabal  
Camila Souza Amaral

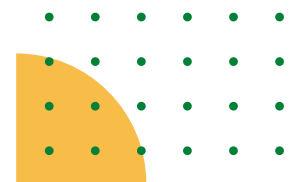


# SUMÁRIO

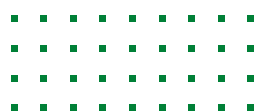


<b>Apresentação</b>	<b>7</b>
<b>Ferramentas</b>	<b>10</b>
<b>1 Informações sobre o mercado de trabalho formal</b>	<b>11</b>
1.1 Mapa de Demandas por Educação Profissional 2.0	11
1.2 Monitor das Profissões	11
1.3 Painel de Informações da RAIS	12
1.4 Painel de Informações do Novo CAGED	12
1.5 Boletim Mercado de Trabalho Ipea	13
1.6 Observatórios do Trabalho	14
<b>2 Informações socioeconômicas</b>	<b>15</b>
2.1 Portal Cidades@	15
2.2 Data Sebrae Indicadores	15
2.3 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil	15
2.4 Plataforma SmartLab	16
2.5 Plataforma Juventude, Educação e Trabalho	16
2.6 Atlas das Juventudes	17
2.7 Pesquisa Os Jovens e o Futuro do Trabalho	17
2.8 Produto Interno Bruto dos Municípios	18
2.9 Arranjos Produtivos Locais	18
2.10 Pesquisa Regiões de Influência das Cidades	19
2.11 Pesquisas e estudos socioeconômicos estaduais/municipais	19
2.12 Pesquisas e estudos sobre atividades e setores econômicos específicos	20
2.13 PNAD Contínua	25
<b>3 Informações sobre a oferta de EPT</b>	<b>26</b>
3.1 Censo Escolar da Educação Básica	26
3.2 Plataforma Nilo Peçanha	27
<b>4 Informações sobre investimentos previstos ou em andamento</b>	<b>28</b>
4.1 Licenciamentos ambientais	28
4.2 Protocolos de Intenções	29





<b>Boas práticas</b>	<b>31</b>
<b>1 Escuta de atores da Educação Profissional e Tecnológica</b>	<b>32</b>
1.1 Pesquisa direta com os municípios	32
1.2 Escuta dos estudantes	33
1.3 Pesquisas qualitativas com grupos focais	33
1.4 Projeto Primeiro Passo	34
<b>2 Mapeamento de vocações econômicas territoriais</b>	<b>36</b>
2.1 Vocações econômicas territoriais e conformidade de oferta de Institutos Federais	36
2.2 Revisão e expansão estratégica da oferta com foco na aderência econômica e pedagógica dos cursos	37
2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica do Piauí - Projeto-piloto	38
<b>3 Ofertas voltadas para públicos específicos</b>	<b>39</b>
3.1 Mulheres Mil	39
3.2 Primeira Chance	40
<b>4 Análise do histórico de ofertas</b>	<b>41</b>





# APRESENTAÇÃO

Em 2019, no âmbito da repactuação dos saldos financeiros da iniciativa Bolsa-Formação, a Portaria MEC nº 1720/2019 estabeleceu que as ofertas a serem executadas com tais recursos deveriam estar em consonância com as necessidades dos setores produtivos locais. No Guia de Orientações sobre a repactuação dos saldos, também em 2019, a **Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação** (Setec/MEC) reforçou a necessidade de as propostas enviadas pelos parceiros ofertantes estarem embasadas em um mapa de ofertas e demandas regionalizado. Ressaltou-se que o critério imprescindível para a aprovação das propostas de oferta de cursos seria seu alinhamento às demandas locais por qualificação profissional.

Nesse contexto, fruto de uma parceria entre a Setec/MEC e a **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais** (Sedese/MG), foi elaborada, em 2020, a primeira versão do **Mapa de Demandas por Educação Profissional**, iniciativa que pretende contribuir para o alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda dos diferentes setores econômicos, identificando, por meio de uma análise do mercado de trabalho formal brasileiro, os cursos técnicos e de qualificação profissional (FIC) que atendem às ocupações em alta no país. O Mapa de Demandas busca, dessa forma, aproximar gestores e atores da política de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) das informações do mercado de trabalho, apoiando o processo de planejamento e a definição de ofertas.

No entanto, o Mapa deve ser utilizado e interpretado como um ponto de partida para a compreensão do mercado de trabalho formal brasileiro e para o planejamento da EPT, na medida em que não pretende dar respostas definitivas a respeito da dinâmica do mercado de trabalho ou sobre os cursos a serem ofertados. Enquanto um ponto de partida, o Mapa de Demandas por Educação Profissional deve ser complementado com outras camadas de análise e informação. O planejamento da oferta de cursos de EPT deve levar em conta, de fato, uma série de elementos, que vão desde a expertise acumulada da instituição ofertante ao reconhecimento de vocações econômicas regionais, o que envolve, entre outras atividades, a coleta, o estudo e a análise de diversas informações.

Entre essas informações, destacam-se aquelas sobre mercado de trabalho e produção econômica, renda e escolaridade da população, vocações produtivas, investimentos em andamento ou esperados, trabalhadores informais, além das opiniões e anseios da população em relação à formação profissional e inserção no mercado de trabalho.

A fim de complementar os resultados do Mapa de Demandas por Educação Profissional, foi elaborada, em 2020, a **Cartilha de Orientações às Redes Ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica: ferramentas para mapeamento de demanda por qualificação profissional**. O documento tem como principal objetivo orientar gestores e demais atores da EPT acerca do uso de dados e informações para a compreensão de suas realidades socioeconômicas e o mapeamento de demandas por qualificação profissional. Considerando que a capacidade de levantamento e análise de dados e a própria disponibilidade de informações variam consideravelmente entre as regiões do país, sistematizou-se, na Cartilha, um amplo conjunto de ferramentas e fontes de informação, como painéis de dados, pesquisas e estudos temáticos, que podem auxiliar os gestores e atores da EPT na construção de ofertas com base em evidências e em consonância com as demandas locais.

Em 2021, no âmbito da atualização do Mapa de Demandas por Educação Profissional (versão 2.0), a Cartilha de Orientações passou por um processo de revisão, que resultou na presente publicação. Esta edição traz, além do conteúdo revisado da primeira Cartilha, mais ferramentas e boas práticas, que podem subsidiar os gestores das instituições de ensino no desenho das ofertas de EPT.

As boas práticas inseridas nesta edição fizeram parte, em sua maioria, do **Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT**, evento on-line realizado pelo MEC com apoio da Sedese/MG, em novembro e dezembro de 2021, com o objetivo de disseminar boas práticas para o processo de definição de ofertas e compartilhar experiências entre as instituições de EPT do país.

A sistematização de práticas e experiências em ofertas de EPT, juntamente com diversas ferramentas, bases de dados, pesquisas e metodologias, que fornecem dados e conhecimentos relevantes para se pensar a EPT, configura-se em um passo fundamental para o aprimoramento das ofertas, e da política de EPT como um todo, no país. Para a organização de todo esse material, esta edição da Cartilha de Orientações está estruturada em duas partes. A primeira delas, organizada em quatro seções, apresenta as ferramentas que podem apoiar os gestores e atores da EPT na compreensão dos contextos socioeconômicos em que estão inseridos e no levantamento de informações e evidências para a definição de ações e projetos de educação profissional. A segunda parte, também organizada em quatro seções, é dedicada às boas práticas de EPT, mapeadas no processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, na atualização do Mapa de Demandas por Educação Profissional e no Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT.

Espera-se que este material sirva de referência aos atores da EPT inseridos nos mais diferentes contextos e possa subsidiar o desenho de ofertas compatíveis com as realidades e demandas locais e, assim, contribuir para o aprimoramento e a maior efetividade das ações de EPT no país. **Boa leitura!**





**FERRAMENTAS PARA  
MAPEAMENTO DE DEMANDAS  
POR EDUCAÇÃO PROFISSIONAL  
E TECNOLÓGICA**






# FERRAMENTAS

Esta parte da Cartilha de Orientações reúne um conjunto de ferramentas que podem auxiliar os atores da EPT no levantamento de dados e informações para a identificação de demandas, caracterização dos públicos-alvos, compreensão dos contextos socioeconômicos de suas regiões/localidades, entre outras ações fundamentais para o planejamento e a definição de ofertas de Educação Profissional e Tecnológica.

Dentre as ferramentas, estão painéis e plataformas on-line, pesquisas, bases de dados, estudos socioeconômicos, entre outros instrumentos, organizados em quatro seções:

- 1** Informações sobre o mercado de trabalho formal;
- 2** Informações socioeconômicas;
- 3** Informações sobre a oferta de Educação Profissional e Tecnológica;
- 4** Informações sobre investimentos previstos ou em andamento.

 Para ver e conhecer as ferramentas, basta clicar nos textos grifados. Eles contêm os links de acesso aos materiais e dispositivos apresentados.

# 1 INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO FORMAL

## 1.1 Mapa de Demandas por Educação Profissional 2.0

O Mapa de Demandas por Educação Profissional, fruto de uma parceria entre a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC) e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese/MG), foi lançado em 2020 e é uma iniciativa que busca contribuir para o alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda por profissionais dos diferentes setores da economia. Em 2021, o Mapa de Demandas passou por sua primeira atualização e, em sua versão 2.0, conta com uma análise estrutural do mercado de trabalho brasileiro, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), e são apontados os cursos técnicos e de qualificação profissional (FIC) relacionados às famílias ocupacionais com trajetórias mais prósperas, em termos de crescimento da remuneração e do número de pessoas empregadas, entre 2013 e 2019. Os resultados foram gerados para cada mesorregião do país e podem ser acessados por meio de um [painel \(dashboard\) hospedado no site do Ministério da Educação](#), onde estão, além dos cursos indicados, os resultados da análise do mercado de trabalho, dados do Censo Escolar, a nota que descreve a metodologia de construção da ferramenta e relatórios de resultados em PDF produzidos para cada Unidade da Federação.

Além do painel on-line, outros dois *links* podem ser úteis para quem quiser mais informações sobre o Mapa de Demandas e suas possibilidades de uso:

- [vídeo do lançamento da ferramenta](#), gravado em 24 de setembro de 2021, na Semana Nacional da Educação Profissional e Tecnológica;
- [vídeo do primeiro dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT](#), gravado em 23 de novembro de 2021 em que o painel on-line foi apresentado detalhadamente.

## 1.2 Monitor das Profissões

Resultado de uma cooperação entre o Ministério da Educação e a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), o [Monitor das Profissões](#) é uma plataforma que reúne dados e informações sobre a oferta de cursos de EPT e o mercado de trabalho. A ferramenta apresenta as principais tendências do mercado de trabalho do país e detalha as competências, habilidades e atitudes requisitadas para cada ocupação e os treinamentos que podem apoiar o desenvolvimento dos profissionais e sua inserção na economia 4.0.

Para sua elaboração foram utilizados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), além de informações dos Catálogos Nacionais de Cursos Técnicos e de Cursos Superiores, da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e do Quadro Brasileiro de Qualificações (QBQ).

No vídeo do primeiro dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, mencionado no item anterior, também é possível assistir à apresentação sobre o Monitor das Profissões. Na ocasião, foi apresentado o conteúdo disponível na ferramenta, assim como algumas possibilidades de investigação a partir da plataforma.

### 1.3 Painel de Informações da RAIS

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) é um registro administrativo, de periodicidade anual, que apresenta informações sobre todos os estabelecimentos formais e vínculos empregatícios celetistas e estatutários no Brasil. Trata-se de um instrumento imprescindível para o controle da atividade trabalhista do país e para o cumprimento das normas legais. Suas informações permitem analisar os empregos (em 31 de dezembro) segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos e podem ser desagregadas em nível ocupacional, setorial e geográfico. A RAIS é, dessa forma, uma fonte de dados fundamental para o acompanhamento e a caracterização do mercado de trabalho formal brasileiro.

O Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET), mantido atualmente pelo Ministério do Trabalho e Previdência, tem por objetivo divulgar informações estatísticas oriundas dos registros administrativos à sociedade. Entre os materiais de divulgação da RAIS pelo PDET está o Painel de Informações da RAIS, um *dashboard* que disponibiliza os dados para consulta online, de forma rápida e intuitiva. O usuário pode aplicar diferentes filtros para obtenção dos dados de seu interesse, como filtros de setor da atividade econômica, Unidade da Federação, município, tipo de ocupação, etc. No momento da elaboração desta Cartilha, o último ano com informações disponíveis da RAIS é 2020.

### 1.4 Painel de Informações do Novo CAGED

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) também é uma importante fonte de informação sobre o mercado de trabalho formal brasileiro.

Com periodicidade mensal, essa base de dados reúne informações a respeito das admissões, dos desligamentos e das transferências de trabalhadores regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), constituindo-se em uma das principais fontes sobre a conjuntura do mercado de trabalho do país.

O CAGED apresenta as mesmas desagregações da RAIS, em termos geográficos, setoriais e ocupacionais. Também permite a obtenção de dados sobre os atributos dos empregados admitidos e desligados, tais como gênero, escolaridade, faixa etária, salário, tempo de emprego, etc.

Desde janeiro de 2020, a forma de captação dos dados do CAGED mudou. O Sistema do CAGED foi substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-social) e, durante este período de transição, a geração das estatísticas do emprego formal tem se dado por meio das informações captadas de 3 sistemas: e-social, CAGED e Empregador Web. Os dados consolidados dessas diferentes fontes formam o **Novo CAGED** que, assim como a RAIS, possui um Painel de Informações para sua divulgação. O **Painel de Informações do Novo CAGED** apresenta a evolução do saldo de vagas criadas por mês, a variação relativa mensal do estoque de vagas, as admissões e os desligamentos por Unidade da Federação, por setor e classes econômicas, por grupos ocupacionais, entre outras variáveis, que podem ser exploradas a partir dos diversos filtros da ferramenta. Até o momento da elaboração desta Cartilha, estão disponíveis no Painel os dados do Novo CAGED de janeiro de 2020 a novembro de 2021.

## **1.5 Boletim Mercado de Trabalho do Ipea**

O **Boletim Mercado de Trabalho (BMT): conjuntura e análise** é uma publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, além de trazer uma análise conjuntural do mercado de trabalho brasileiro, reúne diversos trabalhos sobre as relações estruturais do mercado de trabalho, as políticas de trabalho, emprego e renda, a economia solidária, entre outros temas.

A análise do mercado de trabalho utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED e Novo CAGED). Investiga-se, entre outras questões, o comportamento dos principais indicadores do mercado de trabalho do país, tais como as taxas de desocupação e informalidade e os rendimentos médios dos trabalhadores.

Em 2021, foram publicadas duas edições do Boletim. A de número 71, em abril, e a de número 72, em novembro.

## 1.6 Observatórios do Trabalho

Observatórios do Trabalho são importantes instrumentos de produção e disseminação de informações acerca do mercado de trabalho. Em geral, funcionam por meio de parcerias entre órgãos públicos, de diferentes esferas do Estado, atores sociais do mundo do trabalho, instituições de pesquisa, entre outros entes.

Os observatórios têm como objetivo a produção de informações e análises que subsidiem gestores e demais atores envolvidos na formulação, execução e monitoramento de políticas de trabalho, emprego e renda, as quais abrangem as ações de formação profissional. Entre os temas investigados pelos observatórios estão as atividades econômicas, as ocupações, o perfil dos trabalhadores, os rendimentos, e as condições de trabalho de diferentes grupos populacionais e diferentes atividades produtivas. Os conteúdos, análises e propostas de ação produzidos pelos Observatórios são fundamentais para a compreensão das realidades locais/regionais, em especial, de suas características socioeconômicas e de aspectos relacionados à inserção ocupacional e à renda dos trabalhadores.

Exemplos de Observatórios do Trabalho em funcionamento:

- Observatório Nacional do Mercado de Trabalho
- Observatórios estaduais e do Distrito Federal
  - Bahia
  - Ceará
  - Distrito Federal
  - Minas Gerais
  - Rio de Janeiro
- Observatórios municipais
  - Niterói
  - São Paulo
  - São José dos Campos

## 2 INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

### 2.1 Portal Cidades@

O Cidades@ é um sistema agregador de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre os municípios e estados brasileiros. Nele, é possível analisar e comparar indicadores municipais de diversos temas, como saúde, educação, gênero, trabalho e habitação, além de ter acesso a infográficos, mapas e outras pesquisas do IBGE, como o Censo Demográfico, as Pesquisas Anuais do Comércio, Serviços e Indústria e o Censo Agropecuário.

### 2.2 DataSebrae Indicadores

DataSebrae Indicadores é uma plataforma on-line, criada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresas (Sebrae), que reúne diversos dados econômicos e sociais, além de informações sobre os pequenos negócios existentes no país, divididos por região, estado ou município e apresentadas de forma simples e intuitiva.

A plataforma está organizada por temas e, para cada um deles, são apresentados diversos indicadores. Os temas cobertos pelo DataSebrae Indicadores são: empresas, emprego, economia, arrecadação de impostos, população, índices de desenvolvimento, programas sociais, agronegócio e empreendedores.

### 2.3 Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é produto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP) que apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), uma medida calculada para avaliar o desenvolvimento dos municípios e das regiões metropolitanas brasileiras. Além do índice, a plataforma disponibiliza mais de 330 indicadores que percorrem temas como saúde, educação, renda e trabalho, habitação, vulnerabilidade social, meio ambiente e participação política, para os 5.570 municípios, cinco macrorregiões, 27 Unidades da Federação (UFs), 21 regiões metropolitanas (RMs), três regiões integradas de desenvolvimento (RIDEs) e aproximadamente 17.000 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) ou “bairros”, as menores unidades de análise do Atlas.

Essa ferramenta democratiza o acesso às informações sobre o desenvolvimento humano no âmbito municipal, metropolitano e nacional e, ao ampliar o conhecimento de gestores públicos, cidadãos e atores locais sobre suas realidades, contribui para a identificação de territorialidades que demandam programas, políticas e ações específicas, assim como para a alocação dos recursos e definição do público-alvo das iniciativas.

## 2.4 Plataforma SmartLab

Resultado de uma iniciativa conjunta do Ministério Público do Trabalho (MPT) e do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, a **Plataforma SmartLab** tem como objetivo construir conhecimento relevante para políticas públicas de promoção do trabalho decente a partir de dados públicos abertos. Segundo seus organizadores, *"a plataforma é uma verdadeira base de conhecimento sobre déficits de trabalho decente e apresenta, de forma simples e intuitiva, informações para todas as localidades brasileiras"*.

A ferramenta está organizada em cinco Observatórios Digitais, que cobrem diferentes temas relacionados à promoção do trabalho decente, são eles:

- 1) Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros;
- 2) Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho;
- 3) Observatório da Prevenção e da Erradicação do Trabalho Infantil;
- 4) Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas;
- 5) Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho.

Os Observatórios do Trabalho Decente e da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho são os mais alinhados ao contexto desta Cartilha, que busca elencar ferramentas que apoiem o levantamento de demandas por Educação Profissional e o planejamento das ofertas. Entre as dimensões cobertas pelo primeiro, estão o contexto econômico e social das localidades, a dinâmica do emprego formal, a taxa de formalização de suas populações, o número de jovens que não estudam e nem trabalham ("nem-nem"), a quantidade de empresas, entre outras. O Observatório da Diversidade e da Igualdade de Oportunidades no Trabalho, por sua vez, mapeia diversos aspectos da rede de proteção social e permite identificar desafios e oportunidades com foco em diferentes grupos populacionais (pessoas com deficiência, grupos populacionais tradicionais e específicos, imigrantes, população em situação de rua, etc).

## 2.5 Plataforma Juventude, Educação e Trabalho

A **Plataforma Juventude, Educação e Trabalho (JET)**, desenvolvida pela Fundação Roberto Marinho em parceria com o Itaú Educação e Trabalho, reúne indicadores educacionais, de trabalho e de vulnerabilidade a respeito das juventudes brasileiras.



Tendo em vista que os jovens representam um dos principais públicos das ações de Educação Profissional e Tecnológica, é fundamental conhecer seus desafios, a fim de diagnosticar necessidades e planejar ações de intervenção. A Plataforma JET busca justamente ampliar o acesso aos dados sobre as juventudes brasileiras, de forma a auxiliar no desenvolvimento de estratégias que melhorem a qualidade da educação e ampliem as oportunidades para esse público.

Essa ferramenta está organizada em três seções. Na seção de Educação são disponibilizados diversos indicadores sobre acesso à escola (inclusive no contexto da pandemia da Covid-19), distorção idade-série, aprendizado adequado, rendimento escolar, entre outros. Na seção sobre Trabalho há dados sobre ocupação, desemprego e informalidade dos jovens, retirados da PNAD Contínua, além de informações sobre os aprendizes. Finalmente, a seção intitulada Juventudes aborda questões como gravidez na adolescência, violência e conectividade. As informações da Plataforma JET são disponibilizadas para municípios, Unidades da Federação e para o Brasil. Também é possível obter dados filtrados por sexo, raça/cor, faixa etária e nível socioeconômico.

## 2.6 Atlas das Juventudes

Assim como a Plataforma JET, o Atlas das Juventudes é uma importante ferramenta para quem atua na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, estratégias, programas, projetos e iniciativas para as juventudes no Brasil. A partir de um grande estudo social, dividido em etapas quantitativa e qualitativa, o Atlas das Juventudes produziu uma base sólida de evidências, análises e ferramentas com o objetivo de promover e garantir os direitos das juventudes e fortalecer seu lugar como protagonistas para o desenvolvimento do país.

O principal resultado desse estudo é um relatório que sintetiza as evidências, os aprendizados e as principais reflexões e perspectivas encontradas durante as pesquisas. O relatório está organizado segundo os eixos do Estatuto das Juventudes, entre os quais estão os seguintes temas: educação; profissionalização, trabalho e renda; cultura, lazer, esporte e comunicação; saúde e meio ambiente; entre outros. Além desses temas, o relatório também conta com uma seção sobre a pesquisa Juventudes e a Pandemia do Coronavírus, que investigou os impactos da pandemia na vida dos jovens e na sociedade brasileira.

## 2.7 Pesquisa Os Jovens e o Futuro do Trabalho

Realizada em 2019, pela Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), a pesquisa "Os Jovens e o Futuro do Trabalho" capta as opiniões dos jovens

brasileiros de 16 a 29 anos a respeito de suas perspectivas de formação profissional e emprego.

A partir de 2.015 entrevistas presenciais, realizadas em 124 municípios, investigou-se como os jovens têm se preparado para as transformações tecnológicas que estão revolucionando o jeito de trabalhar em todo mundo. A pesquisa busca compreender a percepção dos jovens em relação aos seguintes temas: a educação brasileira; o futuro do trabalho; o papel de máquinas e robôs no futuro do trabalho; as habilidades e competências que serão necessárias no mercado de trabalho; e as inovações tecnológicas e o trabalho do futuro.

## 2.8 Produto Interno Bruto dos Municípios

Em parceria com os órgãos estaduais de estatística, as Secretarias Estaduais de Governo e a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o IBGE divulga estimativas do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios brasileiros. A última publicação é referente ao ano de 2019 e resultados segundo a mesma metodologia estão disponíveis desde 2002. São apresentados, a preços correntes, os Valores Adicionados Brutos (VAB) dos três grandes setores da atividade econômica (Indústria, Serviços e Agropecuária) e da Administração Pública; os impostos (líquidos de subsídios); o PIB e o PIB per capita de cada município. Destaca-se o VAB da Administração Pública devido à relevância desse segmento nas economias municipais.

Indicadores municipais são um importante instrumento para o planejamento de políticas públicas. Os dados padronizados e comparáveis a nível municipal a respeito da produção econômica permitem a identificação de áreas de geração de renda e das especificidades de cada local.

## 2.9 Arranjos Produtivos Locais

Arranjos Produtivos Locais (APLs) são sistemas localizados de agentes econômicos, políticos e sociais ligados a um mesmo setor ou atividade econômica, que possuem vínculos produtivos e institucionais entre si e se beneficiam com a aglomeração das empresas. A identificação e o maior conhecimento acerca dos APLs existentes em um território são fundamentais do ponto de vista de políticas de desenvolvimento local, as quais envolvem ações de capacitação profissional e treinamento técnico.

Nesse sentido, recomenda-se que os gestores, quando possível, investiguem a existência de APLs em sua região de atuação, a fim de obterem mais subsídios a respeito das principais atividades econômicas desenvolvidas e de sua concen -

tração no espaço. Essa investigação acerca dos APLs possibilita, inclusive, um contato mais direto com o setor produtivo que, por sua vez, pode validar e qualificar as demandas por formação profissional identificadas por meio de outras fontes.

A identificação dos arranjos produtivos locais de determinada região pode ser realizada junto às pastas estaduais responsáveis pelo desenvolvimento econômico. Outra possibilidade para investigação sobre essas aglomerações é o Observatório Brasileiro de APLs. Além de explicar o que são os APLs e sua relação com as políticas públicas, essa ferramenta traz uma lista (que pode ser baixada em formato de planilha) de APLs identificados em todo o país, com informações sobre o setor econômico em que atuam, o estado em que se localizam, seus municípios polo, entre outros dados.

Outra fonte de informações sobre os Arranjos Produtivos Locais do país é a Ferramenta de Identificação e Mapeamento de Especializações Produtivas, desenvolvida pelo Itaú Educação e Trabalho (IET). O painel, que faz parte do Observatório da Educação Profissional e Tecnológica, traz indicadores sobre a concentração espacial de empregos e empresas, com base nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados são apresentados por setor econômico, Unidade da Federação e município.

## **2.10 Pesquisa Regiões de Influência das Cidades**

A pesquisa Regiões de Influência das Cidades (REGIC), do IBGE, cuja última edição é de 2018, define a hierarquia dos centros urbanos brasileiros e delimita as regiões de influência a eles associados. A caracterização da rede urbana brasileira permite compreender os fluxos de bens, serviços e gestão que ocorrem entre as cidades, devido à oferta diferenciada de bens e serviços que há entre elas. O conhecimento acerca dessas relações configura-se em um importante instrumento para a realização de escolhas locais, tais como decidir a localização de uma escola, de um hospital ou de uma empresa. Acredita-se que, no contexto de definição de cursos de formação profissional, esse tipo de conhecimento também seja relevante, na medida em que permite compreender a concentração espacial de determinados tipos de serviços e, conseqüentemente, da demanda por profissionais qualificados.

## **2.11 Pesquisas e estudos socioeconômicos estaduais/municipais**

Institutos de pesquisa e órgãos estatísticos estaduais/municipais são responsáveis pela produção de um grande volume de pesquisas, análises e estudos socioeconômicos sobre suas respectivas regiões/localidades. Essas informações se constituem em subsídio fundamental para a formulação, a imple-

mentação e avaliação de estratégias e políticas públicas, na medida em que possibilitam o levantamento de indicadores sobre as características dos públicos a serem atendidos, as condições do contexto em que vivem, as potencialidades e fragilidades da base econômica local e regional, entre outros indicadores e estatísticas relevantes para o dimensionamento de demandas sociais, a proposição de políticas e a orientação dos investimentos públicos e privados.

Dessa forma, quando disponíveis para uma territorialidade, esses estudos se constituem em uma ferramenta importante para o entendimento da realidade local e o mapeamento de demandas por qualificação profissional.

A seguir, estão listados exemplos de pesquisas e estudos socioeconômicos de abrangência estadual. Com dados e análises desagregados por município, esses estudos cobrem diversos temas, como saúde, educação, emprego e renda, demografia e estrutura econômica. É recomendável que gestores e demais atores da Educação Profissional e Tecnológica se apropriem desse tipo de estudo, quando disponível, de forma a obter uma compreensão panorâmica no contexto em que estão inseridos.

- Perfil Municipal do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece).
- Perfil Estatístico do Mato Grosso do Sul da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar do Mato Grosso do Sul (Semagro/MS).
- Cadernos Municipais do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).
- Perfis Municipais da Fundação João Pinheiro (FJP-MG).
- Seade Municípios da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade-SP).
- RS em números do Departamento de Economia e Estatística da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do Rio Grande do Sul (DEE/Seplag-RS).

## **2.12 Pesquisas e estudos sobre atividades e setores econômicos específicos**

As particularidades dos diversos setores econômicos devem ser consideradas quando da elaboração e implementação de políticas públicas. Para o planejamento das ações de qualificação profissional, torna-se fundamental a com-

preensão das tarefas desenvolvidas e daquelas com potencial de crescimento, dos profissionais demandados e das competências e habilidades necessárias nos diferentes setores e atividades econômicas. Ainda que não respondam a todos esses pontos, os estudos, pesquisas e bases de dados listados nesta subseção buscam trazer mais informações a respeito de importantes setores da economia brasileira, de forma a auxiliar no mapeamento de demandas por formação e na definição de eixos tecnológicos e cursos que estejam alinhados à sua dinâmica e ao perfil esperado de seus trabalhadores.

- **Indústria**

---

Elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o **Mapa do Trabalho Industrial** traça um panorama da demanda por formação nos 26 estados e no Distrito Federal. A partir de estimativas do comportamento da economia e de seus setores, foi projetado o impacto sobre o mercado de trabalho e estimada a demanda por formação profissional industrial para o período de 2019 a 2023.

- **Construção Civil**

---

Elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 2020, o estudo **"A Construção Civil e os trabalhadores: panorama dos anos recentes"** traz as principais características do setor da Construção Civil, com informações sobre seu desempenho econômico nos últimos anos, o mercado de trabalho e um breve perfil dos trabalhadores. Destaca-se, no estudo, a informação sobre o saldo de emprego formal na Construção Civil, por segmento de atividade e Unidade da Federação, entre janeiro e dezembro de 2019, o qual fornece uma visão da demanda por mão de obra no setor, pelo país.

- **Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**

---

A publicação **"Formação Educacional e Empregabilidade em TIC"**, da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom), de 2019, apresenta um conjunto de achados e recomendações a respeito da formação profissional na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Considerando o caráter estratégico desse setor para o desenvolvimento do país, compreende-se que o levantamento de demanda por profissionais realizado no estudo, assim como as recomendações em termos do volume de vagas a serem ofertadas em cursos da área e de capacitações e conteúdo para a formação técnica profissional, constituem um insumo importante para o planejamento de cursos.

Outro trabalho que pode contribuir para a compreensão das demandas, tendências e inovações relacionadas ao setor de Tecnologia da Informação, bem como seus impactos na formação de profissionais, é o **Mapa Funcional da Informática**, elaborado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).

Resultado de um debate estruturado entre profissionais, empresários e outros atores do setor, esse Mapa apresenta uma ampla análise das funções e ocupações consideradas estratégicas para a Tecnologia da Informação, detalhando os conhecimentos e comportamentos destacados durante a realização da escuta do mercado. Segundo o Senac, essas informações fornecem insumos para a construção de itinerários formativos alinhados às expectativas do mercado, constituindo-se em importante material para a elaboração de cursos e ações educacionais.

- **Comércio**

---

Em trabalho similar ao realizado para o setor de Tecnologia da Informação, o Senac traçou um panorama do Comércio, a partir do mapeamento dos principais perfis ocupacionais do segmento. Foram analisadas as ocupações e funções de quatro áreas: comercialização, atendimento e relacionamento com o cliente; processos financeiros, contábeis e legais; prospecção e comunicação com o mercado; e processos logísticos. Para cada ocupação, foram analisados os conhecimentos e comportamentos requeridos, a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de suas funções e as futuras demandas. O resultado desse trabalho está consolidado no Mapa Funcional do Comércio - Desafios e tendências na formação de trabalhadores.

- **Saúde**

---

O Mapa Funcional da Saúde, também elaborado pelo Senac, organiza os resultados do diálogo entre o Senac e os profissionais, empresários e especialistas do setor da Saúde do país. O documento, assim como os demais já apresentados nesta Cartilha, apresenta diversas informações sobre as ocupações do setor. Foram analisadas ocupações das seguintes áreas da saúde: serviços de apoio de diagnóstico e tratamento; saúde da comunidade; promoção e recuperação da saúde bucal e nutricional; assistência à saúde; e serviços farmacêuticos e de gestão à saúde.

- **Gastronomia**

---

Seguindo a mesma metodologia do trabalho realizado para os demais setores, o Mapa Funcional da Gastronomia, do Senac, apresenta uma visão sistêmica das ocupações que compõem o setor, delimitando as funções de cada profissional, bem como aquelas que são comuns a mais de uma ocupação. As ocupações estão organizadas em cinco áreas, a saber: preparação de alimentos (cozinha); preparação de produtos de confeitaria e padaria; produção de alimentos (beneficiamento e industrialização de alimentos); preparação de bebidas e harmonização de bebidas com alimentos; e serviços de alimentos e bebidas.



## • Agropecuária

---

A agropecuária é um dos pilares da economia brasileira e, segundo o Censo Agropecuário de 2017, a agricultura familiar concentra 67% do pessoal ocupado nesse setor no país. Além disso, a informalidade é um traço bastante característico das relações de trabalho na agricultura familiar, marcada pelo trabalho temporário, pelas relações de parceria e pelos laços de parentesco. Considerando, portanto, a importância desse setor para grande parte dos municípios brasileiros, sua capacidade de geração de empregos e renda local e o fato de que as relações de trabalho são marcadas, em grande medida, pela informalidade, é interessante ir além das bases de dados do mercado de trabalho formal para entender sobre a dinâmica do setor e suas possíveis demandas por formação. Nesse sentido, é recomendável, no contexto de levantamento de demandas e planejamento de ofertas de Educação Profissional voltadas para esse setor, buscar informações sobre a produção agropecuária. Informações sobre a produção podem ser uma forma de compreender os principais cultivos e criações das localidades, as atividades às quais os trabalhadores, formais e informais, se dedicam e, conseqüentemente, ter alguma indicação de qualificações e capacitações necessárias para esse público. A seguir, estão listadas algumas pesquisas do IBGE que reúnem informações sobre o setor agropecuário brasileiro. Essas pesquisas têm abrangência nacional e seus resultados são divulgados para Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Mesorregiões, Microrregiões e Municípios.

- 1) Censo Agropecuário (Última edição: 2017);
- 2) Pesquisa Agrícola Municipal (Pesquisa anual, última edição: 2020);
- 3) Pesquisa da Pecuária Municipal (Pesquisa anual, última edição: 2020);
- 4) Pesquisa de Estoques (Pesquisa semestral, última edição: 1º semestre de 2021).

## • Cooperativismo

---

Segundo o Sistema OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras), o cooperativismo é a colaboração de pessoas e empresas que buscam o desenvolvimento econômico e social. No Brasil, existem 5.314 cooperativas e mais de 15 milhões de cooperados (dados retirados do Anuário do Cooperativismo Brasileiro), distribuídos por sete ramos de atividades, a saber: agropecuário; consumo; crédito, infraestrutura; saúde; trabalho, produção de bens e serviços; e transporte.

O cooperativismo, ainda segundo o Sistema OCB, movimenta a economia brasileira, gerando emprego e renda e levando qualidade de vida a todas as regiões do país. Informações a respeito de suas atividades e de seus trabalhadores podem, dessa forma, se configurar em importantes subsídios para o planejamento de políticas de trabalho, emprego e renda.

O Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2020, elaborado pelo Sistema OCB, apresenta um amplo diagnóstico das cooperativas brasileiras. A partir de dados coletados pelas unidades estaduais da OCB (entre janeiro e outubro de 2020 e referentes ao exercício de 2019) e de dados secundários, é apresentado um panorama social, econômico e financeiro das cooperativas com registro ativo na OCB. Entre os números divulgados, destaca-se o total de cooperativas, cooperados e empregados por Unidade da Federação e ramo de atividade. O Anuário também conta com uma análise por ramo, que busca ilustrar a realidade de cada ramo do cooperativismo brasileiro.

- **Turismo**

---

Apesar de não se tratar de um estudo sobre as características e potencialidades do setor turístico, o Mapa do Turismo Brasileiro é um importante instrumento para orientação da atuação do Ministério do Turismo no desenvolvimento das políticas públicas. Instituído no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, ele define os recortes territoriais a serem trabalhados prioritariamente pelo Ministério. Na última versão, de 2019, 2.964 municípios, divididos em 333 regiões turísticas, compõem o Mapa do Turismo. Os municípios são indicados pelos órgãos estaduais de turismo em conjunto com as instâncias de governança regional e essa informação pode auxiliar na identificação de municípios prioritários para ações de capacitação em áreas relacionadas à atividade turística.

- **Empreendedorismo**

---

O empreendedorismo é tratado, normalmente, como um fenômeno associado à criação de um negócio. No Brasil, nos últimos anos, algumas políticas públicas foram desenvolvidas com o objetivo de estimular a formalização de tais negócios, com destaque para a Lei Complementar nº 128/2008, que cria a figura do Microempreendedor Individual (MEI). Estudos recentes verificaram que o programa MEI levou a um aumento da formalização dos trabalhadores por conta própria, ou seja, de trabalhadores autônomos que vinham atuando informalmente<sup>1</sup>. Nesse contexto, informações a respeito dos empreendedores do país, em particular sobre os microempreendedores, podem funcionar como uma *proxy* (ou aproximação) da economia informal e apoiar escolhas e decisões em projetos, políticas e ações voltadas para esse público.

Uma fonte de informação sobre os micro e pequenos empreendimentos do país é o Anuário do Trabalho dos Pequenos Negócios. Resultado de uma parceria entre o Sebrae e o Dieese, essa publicação produz, organiza e divulga, a partir de diferentes fontes, um conjunto de dados sobre os estabelecimentos e trabalhadores dos pequenos negócios brasileiros.

---

<sup>1</sup> NOGUEIRA, M. O. A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira. Brasília: Ipea, 2016. (Texto para discussão, n. 2221). ROCHA, Rudi; ULYSSEA, Gabriel Lopes; RACHTER, Laísa. Increasing tax compliance of small firms: evidences from Brazil. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, 35., 2013, Foz do Iguaçu, Paraná. Anais... Rio de Janeiro: SBE, 2013.



A última edição reúne dados até 2018 e apresenta estatísticas dos estabelecimentos por porte, setor de atividade econômica, classe de tamanho dos municípios, entre outras variáveis, além de informações sobre o perfil dos trabalhadores desses negócios e dos empregadores e trabalhadores por conta própria.

O Relatório especial: o empreendedorismo e o mercado de trabalho, publicação também elaborada pelo Sebrae, tem como objetivo identificar o impacto do empreendedorismo, protagonizado pelos pequenos negócios, na geração de empregos no Brasil. Apesar de não apresentar dados tão desagregados como o Anuário do Trabalho, o relatório dá um panorama interessante da participação das micro e pequenas empresas na economia nacional e indica que a maximização desses negócios na geração de postos de trabalho passa por uma combinação de fatores, entre os quais está o aumento da qualidade média dos empreendedores, o que envolve aumento do seu nível de escolaridade, aumento do nível de preparo e capacitações.

Além de produzir e manter painéis de dados e indicadores, o DataSebrae organiza diversos estudos e pesquisas realizados pelo Sebrae a respeito dos micro e pequenos negócios. Entre eles, destacam-se os relatórios sobre o impacto do coronavírus nos Pequenos Negócios, que fornecem um quadro atualizado da dinâmica e das demandas desse importante segmento da estrutura econômica do país.

## 2.13 PNAD Contínua

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) é realizada pelo IBGE e tem como objetivo a produção de informações sobre o mercado de trabalho, associadas a características demográficas e educacionais da população brasileira. A pesquisa produz indicadores trimestrais sobre a força de trabalho do país (última divulgação: 3º trimestre de 2021) e anuais sobre temas suplementares permanentes, como trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e comunicação, etc (última divulgação: 2020). Além disso, há divulgações mensais de um conjunto restrito de indicadores relacionados à força de trabalho, somente para o nível geográfico de Brasil. As informações trimestrais, anuais e de periodicidade variável têm representatividade para os níveis geográficos: Brasil, grandes regiões, Unidades da Federação, 20 regiões metropolitanas que contêm municípios das capitais e Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina. A PNAD produz importantes informações para a compreensão do desenvolvimento socioeconômico do país. No âmbito do planejamento da Educação Profissional e Tecnológica, destacam-se os dados sobre a informalidade, a categoria do emprego das pessoas ocupadas, a distribuição dos trabalhadores por grupamentos ocupacionais e de atividades, por nível de escolaridade, etc.

## **3** INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

### **3.1 Censo Escolar da Educação Básica**

O Censo Escolar da Educação Básica é uma pesquisa declaratória realizada anualmente em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação e sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep). Com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, o Censo Escolar é a principal pesquisa estatística educacional brasileira.

O Censo Escolar abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica e profissional, a saber: ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio); educação especial (escolas e classes especiais); Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional). São coletados dados sobre a infraestrutura das escolas, matrículas, jornada escolar, rendimento e movimento escolar, por nível, etapa e modalidade de ensino, entre outras variáveis.

No contexto do levantamento de demandas e planejamento de ofertas de Educação Profissional, o Censo Escolar é uma importante ferramenta, na medida em que fornece um panorama da oferta de cursos técnicos e de qualificação profissional no país. É possível obter o total de matrículas por curso, instituição ofertante, dependência administrativa, entre outras variáveis, assim como analisar o perfil dos alunos matriculados. Os resultados do Censo Escolar estão disponíveis para diferentes níveis geográficos: Brasil, grandes regiões, Unidades da Federação e municípios.

A partir das informações do Censo, uma instituição ou rede ofertante pode, entre outras investigações, analisar a oferta de cursos de Educação Profissional em sua região/município e avaliar se há sobreposição entre suas ações e as ofertas das demais instituições do território, sejam elas públicas (municipal, estadual ou federal) ou privadas. Esse tipo de análise é fundamental para diversificar as ofertas no território, evitando que se concentrem sempre nos mesmos cursos, eixos tecnológicos e/ou públicos. Além disso, é possível acompanhar a evolução das matrículas em determinado eixo ou curso ao longo do tempo, identificando se houve crescimento ou diminuição do número de vagas.

Até o momento da elaboração desta Cartilha, foram divulgados apenas os resultados preliminares do Censo Escolar 2021. Para os anos anteriores, é possível acessar, na [página oficial do Inep](#), os resultados, indicadores educacionais, notas estatísticas e microdados do Censo Escolar.

O [Consulta Matrícula](#) é um painel de dados do Inep que apresenta as informações do Censo Escolar consolidadas pelas matrículas totais para o Brasil, Unidades da Federação e municípios, além das redes pública e privada. O usuário do painel pode aplicar os filtros de dependência administrativa, etapa de ensino e ano para realizar suas pesquisas. O último ano com informações disponíveis no Consulta Matrícula é 2020.

Além das divulgações oficiais, os dados do Censo Escolar relacionados à Educação Profissional e Tecnológica estão disponíveis para consulta em outras ferramentas. Uma delas é o [Mapa de Demandas por Educação Profissional](#), apresentado na seção de Informações sobre o mercado de trabalho formal. Em uma das abas do painel do Mapa de Demandas, são apresentados os dados do Censo Escolar 2020 relativos às matrículas em cursos técnicos. As informações podem ser filtradas por município, mesorregião, Unidade da Federação, eixo tecnológico, curso e dependência administrativa.

O painel [Oferta da EPT de Nível Médio](#), que faz parte do Observatório da EPT do Itaú Educação e Trabalho, é mais uma fonte de consulta aos dados do Censo Escolar. O painel apresenta, por meio de gráficos e tabelas, as matrículas e escolas ofertantes do Ensino Propedêutico e da Educação Profissional e Tecnológica de nível médio. Os dados são do Censo Escolar 2020 e podem ser filtrados por estado, município, modalidade de oferta e curso.

## 3.2 Plataforma Nilo Peçanha

A [Plataforma Nilo Peçanha](#) é um ambiente virtual de coleta, validação e disseminação de estatísticas oficiais da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Seu objetivo é reunir informações acadêmicas e de gestão alcançadas pela Rede Federal. Entre as informações disponíveis na plataforma estão o quantitativo de cursos, matrículas, ingressantes, concluintes, vagas e inscritos por instituição de ensino, tipo de curso, eixo e subeixo tecnológico, situação da matrícula e outras variáveis, e dados sobre o corpo docente, técnico-administrativo e os gastos financeiros das unidades da Rede Federal.

A primeira versão da Plataforma Nilo Peçanha foi publicada em 2018 e, desde então, é atualizada anualmente, sempre divulgando as informações do ano anterior. A edição de 2021 (ano base 2020) foi lançada em novembro de 2021 e, neste [vídeo](#), é possível assistir às apresentações e aos debates realizados no evento de lançamento e obter mais informações a respeito dessa ferramenta.

## 4 INFORMAÇÕES SOBRE INVESTIMENTOS PREVISTOS OU EM ANDAMENTO

### 4.1 Licenciamentos ambientais

O licenciamento ambiental é uma exigência legal a que estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que utilizam recursos naturais ou que podem provocar algum tipo de poluição ou degradação ao meio ambiente. É um procedimento administrativo por meio do qual se autoriza a localização, instalação, ampliação e operação desses empreendimentos. Nesse sentido, se configura em uma fonte de informação a respeito de investimentos previstos em determinada região/localidade.

Na esfera federal, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) é o responsável pelo licenciamento de atividades desenvolvidas em mais de um estado e daquelas cujos impactos ambientais ultrapassem os limites territoriais de uma Unidade da Federação. O Ibama dispõe de um sistema de gestão dos processos de licenciamento ambiental, o Sistema de Gestão do Licenciamento Ambiental Federal (SisG-LAF), por meio do qual é possível realizar consultas sobre os empreendimentos licenciados. Os argumentos de pesquisa disponíveis no SisG-LAF são: número do processo de licenciamento; nome do empreendedor; nome do empreendimento; tipologia; estado; nome do município; licença emitida; número/ano da licença; nome do rio.

A Lei Federal nº 6.938/81 atribuiu aos estados a competência de licenciar as atividades localizadas em seus limites territoriais. Logo, se não forem encontrados resultados sobre licenciamentos em determinada região/localidade no SisG-LAF, é importante considerar a possibilidade de os empreendimentos dessa localidade estarem sendo licenciados por órgãos estaduais ou municipais. Por isso, essas instituições também podem ser acessadas a fim de se obter informações sobre processos de licenciamento ambiental e possíveis investimentos. A título de exemplo, estão listadas as páginas de alguns órgãos ambientais estaduais, em que esse tipo de informação pode ser buscada:

- [Companhia Ambiental do Estado de São Paulo \(Cetesb\)](#).
- [Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro \(Inea\)](#).
- [Sistema Integrado de Informação Ambiental \(Siam\) da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais \(Semad/MG\)](#)
- [Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco \(CPRH\)](#).
- [Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina \(IMA\)](#).

## 4.2 Protocolos de Intenções

Outra forma de mapear investimentos em uma região/município é a consulta a Protocolos de Intenções assinados. Conceitualmente, um Protocolo de Intenções é um instrumento preparatório que formaliza um compromisso futuro das partes e contempla as intenções almejadas no âmbito da cooperação pactuada. No que diz respeito à realização de investimentos, o Protocolo de Intenções se configura no meio através do qual empresas, governos e agências de investimento assumem compromissos a fim de viabilizarem os investimentos.

Nesse sentido, esses documentos são uma fonte de informação sobre investimentos previstos e, assim como os licenciamentos ambientais apresentados no item anterior, podem contribuir para a compreensão do ambiente econômico, bem como para a identificação de setores e atividades econômicas com potencial de absorção da mão de obra local. No geral, da assinatura desses protocolos, tem-se a estimativa do valor dos investimentos e do número de empregos, diretos e indiretos, que poderão ser gerados.

A atração e prospecção de empresas e investimentos para os estados fica a cargo de suas unidades responsáveis pelo desenvolvimento econômico, indústria ou pastas correlatas. Em alguns casos, existem agências de promoção de investimentos, que concentram essa articulação com entes públicos e privados e assessoram empresas que pretendem investir nos respectivos estados. As informações sobre Protocolos de Intenções podem ser obtidas junto a essas pastas. A seguir são apresentados alguns exemplos de agências de investimentos:

- Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil);
- Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (Indi);
- Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (INVESTSP);
- Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece).



**BOAS PRÁTICAS EM OFERTAS  
DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E  
TECNOLÓGICA**



# BOAS PRÁTICAS

Esta parte da Cartilha de Orientações apresenta boas práticas de Educação Profissional e Tecnológica mapeadas através i) das justificativas de propostas enviadas pelas ofertantes parceiras à Setec/MEC no processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação; ii) da rodada de diálogos, conduzida pela Sedese/MG, com gestores e atores da EPT de todo o país, no âmbito da atualização do Mapa de Demandas por Educação Profissional e iii) do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, elaborado pela Setec/MEC, no fim de 2021.

O objetivo é disseminar boas práticas de levantamento de demandas, definição e implementação de ofertas de EPT, que vêm sendo realizadas no país. Considerando as especificidades das regiões e dos estados brasileiros, torna-se fundamental o compartilhamento de iniciativas e práticas distintas, de forma a apoiar e inspirar gestores e atores da política de EPT inseridos em diferentes contextos e condições de atuação.

As boas práticas estão organizadas em quatro seções, que cobrem diferentes tópicos relacionados à oferta de EPT:

- 1** Escuta de atores da Educação Profissional e Tecnológica;
- 2** Mapeamento de vocações econômicas territoriais;
- 3** Ofertas voltadas para públicos específicos;
- 4** Análise do histórico de ofertas.



Para acessar as páginas das instituições que realizam (ou realizaram) as práticas apresentadas e páginas com mais informações a respeito dessas experiências, basta clicar nos textos grifados.

# 1 ESCUTA DE ATORES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

A análise de dados secundários fornece importantes evidências e subsídios para a tomada de decisão em relação à oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica. No entanto, essas fontes de informações não conseguem captar todas as nuances da demanda por qualificação profissional em uma determinada região/localidade. De fato, as opiniões e demandas da população quanto à atuação no mercado de trabalho, as percepções de alunos e gestores quanto aos problemas e gargalos da educação profissional, assim como as reais demandas dos empregadores por profissionais só podem ser mais bem compreendidas e mensuradas por meio da coleta de dados primários, o que pode ser feito por meio de pesquisas qualitativas, aplicação de metodologias de escuta, realização de grupos de discussão, entre outras ações.

Esta seção apresenta quatro ações implementadas por estados brasileiros para o planejamento da oferta das respectivas redes. Espera-se que tais exemplos sirvam de referência e inspiração aos gestores e demais atores da EPT para a adoção de abordagens de escuta e coleta de dados primários no planejamento da oferta de cursos.

## 1.1 Pesquisa direta com os municípios

A Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso (Seciteci/MT) desenvolveu um trabalho junto aos municípios para levantar demandas, compreender vocações econômicas e sociais e definir cursos a serem ofertados nas Escolas Técnicas Estaduais (ETEs).

Foram enviadas aos municípios orientações para o levantamento de demandas por cursos técnicos. Entre os procedimentos direcionados pela Seciteci/MT, estavam a realização de audiência pública ou aplicação de questionário e a análise prévia de algumas condições locais para a oferta dos cursos, tais como a infraestrutura disponível, as possibilidades de parcerias, a existência de campos de estágio e de docentes para atuação nos cursos e, principalmente, a capacidade do mercado de trabalho de absorver os profissionais em formação.

Nesse processo, a Seciteci/MT forneceu assessoria e orientação aos municípios e, posteriormente, recebeu e organizou as informações levantadas, as quais subsidiaram o planejamento de oferta de cursos técnicos nas ETEs.



## 1.2 Escuta dos estudantes

A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED/SC) realizou um levantamento qualitativo com os estudantes do novo ensino médio, a fim de captar suas demandas e opiniões em relação às profissões. A escuta dos estudantes é uma estratégia importante para ampliar o conhecimento sobre as características e demandas desse público - que é prioritário nas ações de educação profissional - e incorporar seu ponto de vista no planejamento dos cursos.

Além da escuta de estudantes, para o planejamento da oferta de cursos no âmbito da repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, a SED/SC considerou demandas da comunidade escolar informadas pelas Coordenadorias Regionais de Educação do estado, captadas por meio do Movimento Santa Catarina pela Educação.

O Movimento Santa Catarina pela Educação é liderado pela Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc) e reúne representantes dos setores econômicos, dos sindicatos patronais e laborais, dos setores educacionais e da sociedade civil. Entre seus objetivos, estão a mobilização e a articulação dos setores econômicos e do poder público para a melhoria da escolaridade, da qualificação profissional e da qualidade do ensino em Santa Catarina. A iniciativa é um exemplo de como os diversos atores da Educação Profissional e Tecnológica podem se articular para a construção de uma agenda comum.

## 1.3 Pesquisas qualitativas com grupos focais

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc/PI) e a consultoria MacroPlan desenvolveram um Plano Estratégico e Operacional de Expansão da Educação Técnica de Nível Médio da rede estadual. Com o objetivo de identificar a demanda existente no estado e projetar a demanda para os dez anos seguintes (2018-2028), para uma expansão sustentável da Educação Técnica de Nível Médio, o Plano foi elaborado com base em um diagnóstico completo da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio no estado, em seus Territórios de Desenvolvimento e nos municípios (contemplando redes pública e privada); em um mapeamento das cadeias produtivas do estado e no cruzamento entre a oferta atual identificada e as necessidades das cadeias produtivas.

Para o diagnóstico da oferta, foram analisados dados do Censo Escolar e dados administrativos fornecidos pela Seduc/PI. Além da análise quantitativa, **pesquisas qualitativas** foram fundamentais para a compreensão das características estruturais da oferta de educação profissional no estado. Nesta

etapa, foram realizadas pesquisas exploratórias com grupos focais, a fim de identificar os principais problemas e gargalos da oferta, envolvendo diversos atores, como alunos, empresários, professores e diretores de escolas.

## O que são grupos focais?

O grupo focal é um método de pesquisa qualitativa que reúne participantes em uma entrevista, na qual são expostas opiniões e coletados dados sobre determinado tema, produto, serviço ou prática. Ele costuma reunir de 5 a 10 pessoas, conta com um moderador/pesquisador que orienta a discussão e tem uma duração típica de uma hora e meia. A essência e riqueza do grupo focal consiste justamente na interação entre os participantes, que podem ouvir as opiniões dos outros antes de formar as próprias, podem mudar de posição ou fundamentar melhor uma posição inicial.

Pelo baixo custo para sua realização e pela rapidez com que fornece dados e resultados, o grupo focal torna-se uma metodologia bastante interessante para investigações e levantamentos mais aprofundados a respeito da Educação Profissional e Tecnológica. O uso do grupo focal no planejamento de ações de formação profissional pode servir como forma de aproximação e integração entre os diferentes atores envolvidos na temática, além de ampliar o número de iniciativas embasadas na percepção e nos interesses dos públicos-alvos.



### 1.4 Projeto Primeiro Passo

A Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul (SED/MS) desenvolve, desde 2019, o Projeto Primeiro Passo. A iniciativa busca levar aos municípios do estado discussões sobre diversos temas relacionados à oferta de EPT, como demandas por profissionais, empregabilidade, parcerias para implementação de ações de qualificação, desenvolvimento local, entre outros. Para tanto, são realizadas reuniões com prefeitos, secretários municipais de educação, secretários municipais de desenvolvimento econômico, coordenadores regionais de educação, diretores dos centros de educação profissional, representantes de associações comerciais e sindicatos rurais, empresários e outros atores da

sociedade, com o objetivo de debater sobre a real demanda por formação profissional e planejar ofertas de EPT para as localidades.

Segundo a SED/MS, dos encontros realizados em determinado município, são gerados relatórios com a identificação dos principais cursos a serem implementados pela Secretaria no território. Também é firmado o compromisso, em Termo Simbólico, entre os participantes dos encontros, em que cada um se compromete a colaborar com a implantação e a manutenção da oferta dos cursos.

A interlocução entre os atores é norteada por um conjunto de questionamentos, que podem auxiliar gestores de outras instituições e redes ofertantes a planejar uma estratégia de levantamento de demandas por formação profissional qualitativa em suas respectivas regiões/localidades:

- a. Quais as demandas de emprego de nível técnico detectadas na região?
- b. Qual a saturação de mão de obra de nível técnico na região?
- c. Quais os investimentos (setor produtivo) nos últimos 3 anos e quais as perspectivas de investimentos futuros?
- d. Qual o impacto, em oferta de empregos, resultante desses investimentos?
- e. Qual a estrutura oferecida pelo Centro de Educação Profissional?
- f. Quais os cursos já oferecidos e suas taxas de eficiência?
- g. Quais os motivos da evasão?
- h. Quais os parceiros existentes na região para a execução dos cursos?
- i. Quais os cursos solicitados pelo público-alvo e em que turno?
- j. Quais os cursos sugeridos pelos coordenadores e diretores? Em que turno?
- k. Existência de profissionais para atuarem nos cursos sugeridos.

## 2 MAPEAMENTO DE VOCAÇÕES ECONÔMICAS TERRITORIAIS

### 2.1 Vocações econômicas territoriais e conformidade de oferta de Institutos Federais

No Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, organizado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do MEC, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) apresentou um trabalho de mapeamento de vocações territoriais e cruzamento destas informações com a oferta de cursos dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs).

O trabalho, resultado do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Sebrae e o MEC, tem como objetivo subsidiar os Institutos Federais na oferta de cursos aderentes às vocações do território em que se encontram. A metodologia, ainda em desenvolvimento, se baseia no cálculo de um índice que relaciona a oferta de cursos e as vocações econômicas territoriais. O índice é composto por quatro dimensões: i) o número de empresas por classe econômica da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE); ii) o número de empregos por classe da CNAE; iii) o Valor Adicionado Fiscal (VAF); e iv) a relação entre o número de cursos por classe CNAE e o total de cursos ofertados. As informações a respeito da atividade econômica vêm de três fontes diferentes, a saber: RAIS, CAGED e PIB Municipal. Os dados sobre a oferta de cursos são oriundos da Plataforma Nilo Peçanha.

Conforme apresentado no Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, até o momento, a metodologia foi aplicada apenas para o estado da Paraíba. Entre os próximos passos do projeto, estão a transição dos resultados e demais dados do painel de *Business Intelligence* (B.I) desenvolvido para a plataforma *DataWheel*; a calibração da metodologia e a avaliação de outras variáveis (possibilidade de agregação de uma abordagem qualitativa ao modelo matemático); e a testagem da metodologia em outros territórios e contextos socioeconômicos.



Acesse o [vídeo do segundo dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT](#), realizado em 03 de dezembro de 2021, para assistir à apresentação do Sebrae e às discussões sobre esta boa prática.

## 2.2 Revisão e expansão estratégica da oferta com foco na aderência econômica e pedagógica dos cursos

Esta iniciativa foi apresentada no Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT pela Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul (Seduc/RS). Em parceria com o Itaú Educação e Trabalho e a Peers Consulting, a Seduc/RS está realizando uma ampla revisão de sua oferta de Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de alinhar os cursos técnicos ofertados ao potencial econômico das regiões do estado e garantir sua adequação curricular. Além da revisão da oferta atual, o trabalho da Seduc e parceiros está voltado para a expansão do número de vagas na rede estadual.

No que tange à revisão da oferta atual, destaca-se a elaboração do modelo que, ao convergir indicadores de aderência econômica (representatividade de setores e Arranjos Produtivos Locais), pedagógica (evolução do número de matrículas, taxa de ocupação de vagas e de concluintes, entre outros) e operacional (infraestrutura dos municípios e rede escolar), tem apoiado a Secretaria no processo de priorização de cursos, revisão de matrizes curriculares e de substituição de cursos pouco aderentes às demandas do setor produtivo e ao interesse dos estudantes em termos de projetos de vida.

O trabalho também fundamenta a organização da expansão da oferta para os próximos anos, fornecendo insumos para a identificação e priorização das cidades com maior demanda por cursos, além de direcionar a oferta para os setores econômicos considerados estratégicos. Levando em conta, primordialmente, a relação entre o PIB per capita e o contingente populacional dos municípios, foi feito o ranqueamento dos municípios em termos de sua demanda por formação profissional e, posteriormente, calculou-se a projeção de matrículas para cada localidade, a partir da razão entre as vagas de ensino profissionalizante ofertadas e o quantitativo de pessoas jovens (15 a 19 anos) residentes.



A apresentação desta boa prática, bem como os comentários e perguntas realizados, pode ser vista no [vídeo do segundo dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT](#), realizado em 03 de dezembro de 2021.

## 2.3 Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica do Piauí - Projeto-piloto

A Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc/PI) vem aprimorando seu processo de planejamento e definição de ofertas de EPT, através de estudos, parcerias, aproximação com os setores produtivos, entre outras ações. No Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, a Seduc/PI apresentou o projeto-piloto do seu Plano de Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica.

Este projeto-piloto consistiu na construção e implementação da oferta de curso técnico na área de Telecomunicações na Unidade Escolar Governador João Clímaco D'Almeida e foi resultado de parceria firmada entre a Seduc/PI, o Itaú Educação e Trabalho (IET) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV). A partir da análise dos Arranjos Produtivos Locais e dos cursos já ofertados na região de Teresina, a Seduc e parceiros apresentaram à unidade escolar quatro possibilidades de cursos para serem ofertados, cabendo à escola analisar a viabilidade de execução e desenhar, de fato, a oferta.

Em relação à atuação da unidade escolar, destaca-se o trabalho empreendido na consolidação de evidências que sustentassem a oferta do curso escolhido, o que resultou no levantamento de i) dados do mercado de trabalho do setor, que demonstraram o crescimento do número de vínculos empregatícios nos últimos anos; ii) dados de ofertas passadas de cursos correlatos, que demonstraram alto índice de conclusão; e iii) interesse das empresas do setor e da comunidade escolar (gestores, alunos e pais) em relação ao curso.

As parcerias estabelecidas pela unidade escolar também foram fundamentais para o desenho e implementação da oferta. A escola estabeleceu parceria com o principal sindicato de trabalhadores do setor de Telecomunicações e, posteriormente, com empresas que atuam na temática em nível local, as quais se comprometeram a auxiliar na construção do currículo do curso, na formação de professores, na participação em eventos e aulas práticas e, principalmente, na assimilação de estudantes e egressos em estágios, contratos de aprendizagem e vagas de trabalho.



A apresentação da Seduc/PI também aconteceu no segundo dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, em 03 de dezembro de 2021. Para ter acesso a mais informações a respeito do projeto, assista ao [vídeo do evento](#).

## 3 OFERTAS VOLTADAS PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS

### 3.1 Mulheres Mil

O Mulheres Mil é uma iniciativa do Ministério da Educação destinada às mulheres em situação de vulnerabilidade social. Por meio de ações de qualificação profissional, busca promover a inserção produtiva deste público e contribuir para o aumento da sua renda e o seu empoderamento. Os cursos, cargas-horárias e metodologias são trabalhados de acordo com as especificidades dos grupos de mulheres atendidas, de forma a assegurar sua permanência e conclusão das ações.

No Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) apresentou sua experiência com o Mulheres Mil. Nos 22 campi distribuídos pelo estado, o IFRN oferta cursos gratuitos de qualificação profissional (cursos FIC), com carga horária de 200 horas/aula, nas áreas de Gestão, Tecnologia da Informação, Produção Têxtil, Comércio, entre outras. Além das matérias técnicas de cada curso, são ministrados conteúdos ligados a aprendizagens fundamentais (matemática, leitura e produção de textos) e articuladoras (ética de cidadania, segurança no trabalho e empreendedorismo).

Entre 2016 e 2020, 1.920 mulheres foram capacitadas pela iniciativa Mulheres Mil no IFRN. Em parceria com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), as mulheres que se enquadram nos critérios de priorização da política são contatadas e encaminhadas para as vagas disponíveis. Após aprovação no processo seletivo das ofertas, as beneficiárias recebem um auxílio financeiro (bolsa) para despesas com transporte e alimentação e todo o material escolar e didático e têm acesso às salas de aula e laboratórios em que se dá a realização das aulas teóricas e práticas.



O trabalho do IFRN no âmbito do Mulheres Mil foi apresentado no terceiro dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT, realizado em 07 de dezembro de 2021. A apresentação completa pode ser vista no [vídeo do evento](#).

## 3.2 Primeira Chance

O Primeira Chance é um programa da Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba (Seect/PB), que funciona como uma central de estágios, conectando as instituições ofertantes às empresas, as quais são responsáveis pelo pagamento das bolsas de estágio aos estudantes. O programa é um braço do ParaíbaTEC.

Instituído pela Medida Provisória nº 282, de 15 de abril de 2019, e pela Lei Estadual 11.344, de 05 de junho de 2019, o Primeira Chance tem como principais objetivos estimular a integração dos estudantes ao mercado de trabalho, possibilitar aos beneficiários acesso a vagas de estágio e oferecer ações de acompanhamento e mentoria.

Atualmente, o programa atende: i) alunos regulares do ensino médio e de cursos técnicos da rede pública de ensino; ii) alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA); e iii) egressos da rede pública de ensino. Os beneficiários são contemplados com bolsas de estágio (remuneração), auxílio para transporte, atividades de supervisão escolar e mentoria durante todo o processo, mediante parcerias firmadas entre a Seect/PB e órgãos e equipamentos públicos e empresas privadas.



Acesse o [vídeo do terceiro dia do Ciclo de Boas Práticas em Ofertas de EPT](#), realizado em 07 de dezembro de 2021, para assistir à apresentação completa sobre o Programa Primeira Chance.



## 4 ANÁLISE DO HISTÓRICO DE OFERTAS

Uma boa prática para a definição de ofertas de Educação Profissional e Tecnológica se trata da análise e da aplicação, no processo de planejamento das ações, de informações existentes no histórico das próprias instituições ofertantes. As informações das ofertas de anos anteriores permitem, entre outras aplicações, a identificação dos cursos mais ofertados, daqueles mais demandados pela população e daqueles que não foram bem aceitos, além do cálculo de importantes indicadores de monitoramento e avaliação, como taxas de conclusão e evasão por curso ofertado.

Em conjunto com outros dados e análises, as informações constantes no histórico de atuação das ofertantes se configuram em importantes subsídios para a escolha de cursos que se adequem à capacidade/expertise da instituição e que também estejam em sintonia com as demandas populacionais. A seguir, são apresentados exemplos do uso das informações do histórico de oferta para o planejamento da EPT. As boas práticas elencadas foram identificadas através da rodada de diálogos realizada com gestores e atores da EPT, no âmbito da atualização do Mapa de Demandas por Educação Profissional, e das justificativas apresentadas pelas ofertantes parceiras da Setec/MEC no processo de repactuação dos saldos do Bolsa-Formação, disciplinado pela Portaria MEC nº 1720/2019.

- A Fundação de Apoio à Escola Técnica do Rio de Janeiro (Faetec/RJ) priorizou, em sua proposta de oferta para a repactuação com o MEC, os cursos que apresentaram as menores taxas de evasão nas últimas ofertas realizadas.
- A Fundação Universidade Estadual do Ceará (Funece) levou em consideração, no processo de repactuação de saldos com o MEC, sua expertise acumulada e optou por cursos que, além de se alinharem ao contexto socioeconômico dos municípios, tiveram altas taxas de conclusão em 2016, 2017 e 2018.
- O Centro Paula Souza (CPS), autarquia do Governo do Estado de São Paulo, acompanha a demanda histórica por eixo tecnológico, além de analisar as vocações e perspectivas de investimento na região, para o planejamento de suas ofertas.
- A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo (Sectides/ES) informou, nos diálogos realizados, que observa a demanda pelos cursos a partir do número de matrículas realizadas e considera essa informação em seu processo de levantamento de demandas e planejamento de ofertas.

- A Fundação Indaiatubana de Educação e Cultura (Fiec), de Indaiatuba - São Paulo, informou que possui relacionamento direto com as diretorias de ensino das escolas, colhendo informações sobre as ofertas passadas e/ou em andamento, demandas e feedbacks, os quais são fundamentais para o planejamento de novas ações.
- O Centro de Educação Profissional Hélio Augusto de Souza (Cephas), de São José dos Campos - São Paulo, mensura a procura por seus cursos técnicos através da relação entre o número de inscritos no Vestibulinho (processo seletivo da instituição) e o número de vagas. Para o planejamento de suas ofertas, o Cephas observa a relação de inscritos por vaga do ano anterior, em conjunto com outras informações, como as demandas apresentadas por empresas e dados do Observatório do Mercado de Trabalho de São José dos Campos.

Por fim, também é válido considerar que baixas taxas de evasão em determinado curso, durante alguns anos de oferta, podem indicar que um número considerável de pessoas se formou e adquiriu tal qualificação. Nesse sentido, é importante ponderar que, caso a demanda por esse tipo de profissional não esteja aquecida no mercado, a manutenção da oferta deve ser criteriosamente avaliada, tendo em vista que, mesmo com a baixa evasão, o curso não necessariamente segue aderente à dinâmica do mercado de trabalho local. Por isso, sempre que possível, é interessante que os gestores também analisem a empregabilidade dos egressos dos cursos já ofertados pela instituição, a fim de avaliar a capacidade de absorção destes profissionais pelo mercado de trabalho, especialmente, o mercado local.

DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.

MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO



PÁTRIA AMADA  
**BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

